



UD
70

A.C

*Representações:
geopolítica, media, literatura*

.A.B





O Mediterrâneo e as transições democráticas

Cláudia Toriz Ramos*

P. 45-57

1. O Mediterrâneo: uma região?

A noção de “região” (no seu sentido supranacional) recorre um amplo leque de disciplinas, da geografia humana à geopolítica, à história, aos estudos de integração económica regional, à ciência política e relações internacionais (Defarges, 2003; Shaw, Grant e Cornelissen, 2011; Fioramonti, 2012). A estes enfoques não escapa o “Mediterrâneo”, entendido não apenas como mar mas também, ou sobretudo, como a bordadura de terras que o circundam e que levam a marca ancestral da articulação em torno do mesmo.

O Mediterrâneo comporta antes de mais a memória dos impérios da Antiguidade que operaram a articulação regular entre as margens norte, este e sul deste “mar fechado” e que marcaram o seu cunho em matrizes culturais de longa duração que o presente ainda traduz. Todavia, a geografia do desenvolvimento, e com ela a dos modelos políticos, traçou outras linhas de demarcação sobre este espaço. Antes de mais, a geografia do desenvolvimento, na sequência da geografia da colonização, dividiu e hierarquizou os hemisférios, como que empurrando para um “sul” geográfico, mas também cultural e ideológico, o próprio Norte de África. Por sua vez, a Europa recentrou-se a norte, interpretando os movimentos longos do dinamismo industrial. A leste, a linha de demarcação, fluida e equívoca embora, empurra do coração europeu as tradições orientais – a mesopotâmica, a persa, a bizantina, a otomana, a islâmica, porventura a judaica – numa relação/tensão cultural que os termos “orientalismo” ou “ocidentalização” tão bem traduzem (cf. Said, 2004; Braudel, 2008).

De uma ou de outra formas, a história colectiva dos povos da bordadura do mediterrâneo retrai-se e aponta a destinos diferentes. Todavia, a vicinalidade, duplamente entendida como passado comum e como espaço de contacto e consequente “contaminação”, persiste na geografia dos lugares e convida à leitura de novas possibilidades.

Visto da Europa, nomeadamente da Europa comunitária da integração europeia, o Mediterrâneo terá que ser abordado pela óptica do “Norte de África e Médio Oriente” (NAMO), entendidos como região vizinha com a qual se estabelecem relações de vizinhança privilegiadas – entenda-se, nos aros largos e sucessivos da proximidade do território europeu, anel próximo cujas características e cuja evolução não serão inócuas à própria União Europeia (UE) (European Commission, 2012). Nessa medida se

* Professora Auxiliar – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.

vêm desenvolvendo programas de políticas, nomeadamente o EUROMED (EEAS, s.d.) e hoje o UfM, União para o Mediterrâneo (cf. Cimeira de Paris para o Mediterrâneo, 2008). Nestas, incluem-se como parceiros, para além dos 27 Estados membros da UE, 17 outros parceiros do Sul Mediterrânico¹, África e Médio Oriente, a saber: Albânia, Argélia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Mónaco, Montenegro, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia. De notar ainda que a própria Europa comunitária comporta em si uma linha informal de divisão entre o Norte e o Sul que fracciona subliminarmente a identidade de conjunto, e que emerge em epítetos como bem expressa o de *Club Med*² ou o jocoso e depreciativo acrónimo de *PIIGS*, aplicado a Portugal, Itália, Irlanda (a excepção, a Norte, mas que partilha da identidade católica do sul), Grécia e Espanha.

2. Democratização: transições históricas e critérios teóricos

A vasta literatura existente sobre processos de democratização consagrou já critérios e instrumentos de avaliação dos sucessivos processos de democratização ocorridos no mundo (cf., entre outros: Burnell, 2003; Burnell e Randall, 2005; Haerpfer *et al.*, 2009; Huntington, 1991; Lipjhart, 1999; Van Beek, 2005). Com a ressalva dos cuidados necessários à utilização de instrumentos de análise comparativa, nomeadamente pela dimensão mundial que, no caso, esses instrumentos comportam, a informação e sistematização acumulada sobre democratização é elucidativa e estimulante para a análise de novos casos. Acresce que os processos de democratização não têm ocorrido, regra geral, de forma autóctone, inspirados apenas por movimentos internos e ascendentes de expressão popular do poder. Bem ao contrário, as democratizações têm ocorrido por vagas cujas condicionantes externas cabe também analisar (Huntington, 1991; Haerpfer *et al.*, 2009).

Revêem-se abaixo, de forma breve, os principais instrumentos conceptuais de tais análises. Do ponto de vista do processo, estão tipificadas três etapas: a da liberalização inicial; a da transição propriamente dita; finalmente, a da consolidação. Do ponto de vista da estrutura, há a considerar quais são as condições que definem o limiar de democracia e quais são, a jusante, os indicadores de qualidade da democracia que se lhe podem acrescentar.

Começando no processo, ou dimensão diacrónica, há a considerar variações inerentes à natureza do regime anterior, sendo que a “transição” de um autoritarismo/totalitarismo para a democracia se poderá operar através de processos de passagem progressivos, no quadro ainda do regime anterior, ele próprio envolvido numa “liberalização” voluntária e controlada. Tal passo, não estando sempre presente, poderá augurar uma transição mais plácida e sem recurso à violência (Van Beek, 2005).

Há que considerar também o motor, ou motores da transição, isto é o conjunto de causas próximas de maior relevo para o despoletar do processo. Casos há em que elites políticas internas tomaram nas mãos a transição, promovendo-a activamente.

1 Entre os quais a Croácia, futuro membro da UE, a partir de 2013, mas também outros Estados candidatos oficiais ou potenciais (cf. União Europeia, s.d.).

2 Um exemplo, entre muitos outros, será o artigo de W. Keegan, «‘Club Med’ countries have spoiled the eurozone party» (in *The Observer*, 17/07/2011).

Noutros casos, poderemos encontrar uma sociedade civil tomada de um dinamismo que a agita e a mobiliza contra o Estado instituído, propiciando a mudança e a revolução. O processo pode ainda ocorrer no quadro de mudanças estruturais de monta, promovidas até pelo próprio poder político, mas que a dada altura se não confinam à manutenção do regime anterior. Por sua vez, e porventura em sobreposição com alguma ou algumas das anteriores, o contexto internacional pode propiciar ou forçar mesmo aos ventos da democratização (Van Beek, 2005; Haerpfer *et al.*, 2009).

O processo de democratização atinge, a dado passo, o “limiar” da democracia, tal não significando, todavia, que o regime se consolidou ou que é irreversível. Há pois que considerar os quesitos de passagem de tal limiar. Na clássica abordagem de R. Dahl (1998) às características definidoras da democracia, salienta o autor um conjunto chave de factores sem a presença cumulativa dos quais não poderá o regime ser considerado democrático. Desde logo, democracia implicará eleições regulares, livres e competitivas, assentes numa estrutura pluripartidária que garante a diversidade da oferta. Para além disso, o sistema terá que assegurar que o sufrágio é universal adulto, sob pena de se comprometer um outro critério fundamental, o da inclusividade. Os governantes serão, por isso, eleitos. Por sua vez, a escolha política carece de critérios, sendo que aos cidadãos eleitores precisam de ter a informação necessária para a escolha, de forma livre e plural. Para esse efeito, terão que vigorar, na lei e na prática, pautas de liberdade de expressão e de associação. Estes parâmetros apontam à consecução mínima da democracia, também designada de “democracia eleitoral”. O quadro de referência é o da “democracia representativa”, ou também assim designada, “democracia liberal”, o que deixa, desde logo, amplo espaço à discussão sobre a possibilidade de outros modelos (cf. Catt, 1999; Held, 2006; Lijphart, 1999).

Por sua vez, e ainda na mesma óptica da definição dos factores de limiar de democracia, Lipset (cit. in Catt, 2009) salienta a importância factor socio-económico, aludindo assim à necessidade de construção de factores de bem estar económico e social, para viabilizar as democracias. Nesta perspectiva estará em causa a própria distribuição de recursos no seio de uma dada sociedade e a sua implicação, enquanto condição basilar da democracia.

A esta visão acrescenta-se ainda a de Almond e Verba (cit. in Burnell e Randall, 2005), autores que se fizeram notar pela ênfase posta nos factores culturais subjacentes à democracia: concretamente, a necessidade de uma cultura política cívica como sedimentadora do regime. De facto, os aspectos salientados por Dahl para a consecução da democracia eleitoral só se enraízam se andarem associados a uma cultura de efectiva participação política.

Assim, a conjugação dos factores acima aponta para um processo longo de enraizamento das práticas democráticas que poderá não ocorrer sem sobressaltos ou recuos. A conceptualização sobre “consolidação” da democracia é um conjunto de instrumentos de análise para a fase madura das democracias. Na definição minimalista do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA, s.d.) o regime estará enraizado quando se transformar no *the only game in town*, ou seja, quando todos os procedimentos políticos tiverem esse cunho. Mas, a referida organização considera ainda que a democratização é um processo que: requer tempo e paciência; que se não consuma apenas com eleições; que as práticas democráticas podendo ser com-

paradas – pelo que modelos externos se revelam orientadores – não podem contudo ser prescritas; logo, que a democracia se constrói nas sociedades a partir de dentro, nos seus níveis profundos e duradouros; e que a democracia não pode ser importada nem exportada, mas apenas apoiada. Esta reflexão leva inevitavelmente à consideração das dinâmicas dos processos de expansão da democracia e de democratização orientada a partir do exterior pela dupla lente: da crítica da tradução cultural, i.e., do (des)ajustamento dos padrões internacionais às próprias realidades diversas dos países em causa; da consideração da própria natureza intrínseca da democracia, que pressupõe um processo de profundo enraizamento e participação popular, sob pena de fragilização de todo o edifício político subsequente.

As democracias maduras têm por isso sido analisadas à luz de grelhas mais exigentes que as da transposição do limiar da democracia. Diamond e Morlino (2004) por exemplo, avançam um modelo de análise da “qualidade” da democracia baseado num conjunto de quesitos processuais e de conteúdo. Nessa grelha, uma democracia plena carece pois de cumprir as características do estado de direito democrático; tem que ter enraizadas práticas de participação política regulares; assenta em mecanismos de competição política (partidária) regulares e reconhecidos; pressupõe quer o controlo e responsabilização verticais (cidadãos – aparelho de estado) quer o controlo e responsabilização horizontais (inter-instituições). O primeiro caso corresponde à *accountability*, consagrada como tal no mundo anglo-saxónico, e que recobre as práticas regulares (que não apenas eleitorais) de prestação de contas aos cidadãos, pelos titulares de cargos políticos. Para além disso, o respeito pelas liberdades civis e políticas tem que estar garantido e ser regular, assentando também uma democracia madura na crescente igualdade política dos seus cidadãos. Esta condição estatutária dos cidadãos parecendo, por cristalina no plano teórico, simples, é no entanto de execução complexa, por tocar as múltiplas facetas da desigualdade económica, social e, correlativamente, política. Os autores apontam ainda um último critério de correspondência entre a prática política e as aspirações dos cidadãos (*responsiveness*). Tal critério implicará a coerência entre programas eleitorais, mandato e respectiva concretização e medirá a satisfação dos cidadãos com o produto (*output*) político da governação.

Sendo embora esta grelha também ajustada à democracia representativa, ela comporta já características que as democracias avançadas contemporâneas foram desenvolvendo, nomeadamente: cidadania alargada, correlativa cultura e participação políticas, *feed-back* permanente entre governantes e governados; e, responsabilização dos governantes. Não se tratando de um modelo de democracia directa, dedica todavia maior atenção ao enraizamento e à dimensão genuína da participação democrática: a base popular.

3. Democracias: medir e comparar - indicadores e casos

Geograficamente, em torno do Mediterrâneo, o mapa dos regimes políticos não é uniforme, nem são as democracias existentes todas datadas da mesma vaga (cf. Huntington, 1991). A vaga mais recente do que poderá prenunciar um novo (ainda que

longo e incerto) processo de democratização e que vem sendo designada de “Primavera Árabe” recobre uma boa parte dos países do Norte de África e Médio Oriente.

É justamente sobre a “transição”, ou seu prenúncio, nesses estados, sobre os seus indicadores e sobre os efeitos gerados sobre os respectivos regimes políticos que se debruça esta parte do texto, procurando perceber o que mudou, numa análise comparada dos casos, que se sustenta nos dados recolhidos por observadores internacionais para a produção de índices comparativos. Concretamente, recorrer-se-á ao *ranking* produzido pelo *The Economist Intelligence Unit* (EIU, 2011)³. Para além disso, e porque muitos destes processos em estados onde a transição, por dolorosa e violenta, se pode entretecer com efeitos de falência do próprio Estado, serão também analisados os indicadores mais recentes do *Failed States Index*, publicação anual conjunta da revista *Foreign Policy* e do *Fund for Peace* (Foreign Policy, 2012). Para a compreensão dos dados subsequentes, apresentam-se sumariamente abaixo os indicadores considerados nos dois índices.

3.1. O Índice da Democracia

O Índice da Democracia considera quatro grandes áreas sobre as quais recolhe indicadores: **i)** processo eleitoral e pluralismo; **ii)** funcionamento dos governos; **iii)** participação política; **iv)** cultura política e **v)** liberdades civis. Sem detalhar aqui pormenorizadamente os diferentes aspectos analisados sob cada uma, é óbvio que se recobrem, na análise, vários dos indicadores de democracia (limiar e consolidada) acima mencionados: concretamente, i) e v) apontam a aspectos essenciais da transposição do limiar da democracia, enquanto que ii), iii) e iv), na sua gradação, correspondem a características que as democracias amadurecidas tenderão a aperfeiçoar (EIU, 2011, pp. 27-30⁴).

Os resultados são vertidos numa escala quantitativa de 0-10 pontos. Da sua combinação produz-se uma grelha interpretativa que permite dividir os regimes políticos em quatro tipos: democracias plenas (8-10); democracias c/ falhas (6-7, 9); regimes híbridos (4-5, 9); regimes autoritários (menos de 4). Como se aponta, a demarcação entre os níveis é expressa pela definição de escalões, aplicados em função da pontuação obtida por cada Estado. A definição qualitativa desses quatro tipos de regimes políticos é a seguinte:

- democracias plenas: países em que não só as liberdades políticas e civis são respeitadas, mas onde elas tendem a estar suportadas numa cultura política capaz de conduzir ao despontar da democracia. O funcionamento do governo é satisfatório. Os media são independentes e diversificados. Há um sistema efectivo de checks and balances. O judicial é independente e as decisões judiciais são postas em prática. Apenas ocorrem problemas pontuais no funcionamento da democracia.

3 Igualmente interessante é o ranking produzido pela organização *Freedom House*, cujos indicadores recobrem de resto as características sine qua non da democracia eleitoral. Neste texto optou-se, no entanto, por uma análise mais detalhada do Índice da Democracia referido, dado que esse considera, para além dos indicadores da democracia eleitoral, indicadores mais profundos da participação e cultura políticas. Para uma visão da análise recente da *Freedom House* à evolução do Norte de África e Médio Oriente, consulte-se *Freedom House* (2012).

4 A publicação contém o instrumento de análise, com os indicadores por área, e a especificação da metodologia de apuramento dos resultados aplicada.

- *democracias com falhas: países que têm eleições livres e competitivas, eventualmente com problemas como algum cerceamento da liberdade dos media, mas que respeitam as liberdades civis básicas. No entanto, apresentam fraquezas em outros aspectos, nomeadamente, governação, subdesenvolvimento da cultura política e baixos níveis de participação.*

- *regimes híbridos: países em que as eleições registam irregularidades substanciais, não sendo portanto livres nem abertamente competitivas. Pressões do governo sobre partidos e candidatos da oposição podem tornar-se comum. Fragilidades sérias como as que ocorrem em democracias com falhas podem tornar-se mais regulares – na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política. A corrupção tende a existir de forma generalizada e o Estado de direito é fragilizado. A sociedade civil também é fraca. Tipicamente, ocorrem fenómenos de perseguição e de pressão sobre jornalistas e o judicial não é independente.*

- *regimes autoritários: nestes, o pluralismo político está ausente ou fortemente limitado. Muitos países nesta categoria são de facto ditaduras. Pode haver algumas instituições formais da democracia, mas com escassa substância. As eleições, a ocorrerem, não são nem livres nem competitivas. Não são considerados os abusos e as usurpações das liberdades civis. Os media ou são detidos pelo Estado ou controlados por grupos com conexões com o regime. Há repressão sobre a crítica à actuação governamental e censura persistente. O judicial não é independente (EIU, 2011, p. 30; traduzido).*

Este quadro, assim traçado, produz os seguintes resultados, quando aplicado ao quadro mundial, no relatório correspondente a 2011.

Quadro 001: Índice de democracias: regimes por tipos

REGIMES	N.º Estados	% Estados	% População mundial
Democracias plenas	25	15	11,3
Democracias c/ falhas	53	31,7	37,1
Regimes híbridos	37	22,2	14
Regimes autoritários	52	31,1	37,6

Fonte: EIU (2011).

Da leitura cruzada deste quadro com a informação anteriormente referida sobre o aumento do número de democracias, nas sucessivas vagas de democratização, não deixa de ser notório que, se esse número aumentou substancialmente, o das democracias aqui a considerar como “plenas” é ainda escasso e abrange uma parte muito pequena da população mundial.

Quadro 002: Índice de democracias: regimes por tipos

	ANO 2011			ANO 2010
	Rank	Total	Tipo de regime	Tipo
Malta	15	8.28	Plena	
Espanha	25	8.02	Plena	
Portugal	27	7.81	c/ Falhas	Plena
França	29	7.77	c/ Falhas	
Eslovénia	30	7.76	c/ Falhas	
Itália	31	7.74	c/ Falhas	
Grécia	32	7.65	c/ Falhas	
Israel	36	7.53	c/ Falhas	
Chipre	40	7.29	c/ Falhas	
Bulgária	52	6.78	c/ Falhas	
Croácia	53	6.73	c/ Falhas	
Roménia	59	6.54	c/ Falhas	
Sérvia	64	6.33	c/ Falhas	
Macedónia	73	6.16	c/ Falhas	
Montenegro	74	6.15	c/ Falhas	
Albânia	87	5.81	Híbrido	
Turquia	88	5.73	Híbrido	
Tunísia	92	5.53	Híbrido	Autoritário
Líbano	94	5.32	Híbrido	
Bósnia and Herzegovina	95	5.24	Híbrido	
Palestina	99	4.97	Híbrido	
Mauritânia	109	4.17	Híbrido	Autoritário
Iraque	112	4.03	Híbrido	
Egipto	115	3.95	Híbrido	Autoritário
Jordânia	118	3.89	Autoritário	
Marrocos	119	3.83	Autoritário	
Kuwait	122	3.74	Autoritário	
Líbia	125	3.55	Autoritário	
Argélia	130	3.44	Autoritário	
Oman	134	3.26	Autoritário	
Catar	138	3.18	Autoritário	
Bahrain	144	2.92	Autoritário	
Djibouti	147	2.68	Autoritário	
Emirados Árabes Unidos	149	2.58	Autoritário	
Iémen	150	2.57	Autoritário	
Sudão	153	2.38	Autoritário	
Síria	157	1.99	Autoritário	
Arábia Saudita	161	1.77	Autoritário	

Fonte: EIU (2011).

UE - Estados Membros

UE - Estados candidatos oficiais / potenciais

NAMO - bordadura do Mediterrâneo - c/ revoltas

NAMO - outros - c/ revoltas

NAMO - s/ revoltas

No quadro 002 apresenta-se um extracto do Índice da Democracia, 2011, relativo ao posicionamento nesse *ranking* dos países da bordadura do Mediterrâneo, quer Europeus, quer do Norte de África e Médio Oriente, assinalando-se, quando as houve, as alterações ocorridas na classificação por regime, relativamente a 2010. O intuito é assinalar posições relativas mas também alterações internas, em função da evolução política recente dos Estados em causa. Incluíram-se também estados que não são *stricto sensu* da bordadura do Mediterrâneo, mas que foram tocados pelo fenómeno da chamada “Primavera Árabe” e que, por tal, fornecem informação comparativa relevante.

Como é presumível, são os Estados europeus que preenchem o topo do *ranking*⁵, sendo embora de assinalar que, para os casos seleccionados, apenas Malta e Espanha configuraram, no ano de 2011, democracias plenas, tendo Portugal perdido essa posição justamente de 2010 para 2011. O mesmo aconteceu à Grécia, Itália e França em 2010. Regra geral, e como indicado acima, as falhas nos sistemas democráticos europeus referem-se a problemas de governação – no caso português a alteração da posição no *ranking* reflecte a intervenção externa associada ao acordo de condicionalidade com a União Europeia e Fundo Monetário Internacional – e insuficiências ao nível da cultura e participação políticas. Trata-se pois de problemas mais próximos da abordagem da qualidade da democracia do que do seu limiar. As falhas em causa ao nível da participação e cultura políticas poderão, por sua vez, ser passíveis de correlação, em vários dos casos, com a proximidade do sul da Europa a transições para a democracia relativamente recentes. Esse traço será particularmente visível nos novos estados resultantes das convulsões políticas nos Balcãs, candidatos oficiais ou potenciais⁶ à integração europeia, mas ainda vivendo processos de (re)construção do Estado e da Nação. O caso de Israel é particular, uma vez que é sobretudo no item “liberdades civis” que os seus resultados são baixos (EIU, 2011, pp. 3-8).

Na listagem apresentada, o primeiro dos regimes híbridos é a Albânia que, com a Turquia e a Bósnia Herzegovina, preenchem os únicos casos de estados candidatos oficiais e potenciais à integração europeia que não cumprem os quesitos mínimos da democracia. Nos casos da Albânia e da Turquia, os principais problemas assinalam-se ao nível da participação e da cultura políticas, mas também das liberdades civis; na Bósnia, para além de deficiências na participação política, assinalam-se insuficiências governativas acentuadas (EIU, 2011, pp. 3-8).

Vários dos casos da vaga de transições potencialmente iniciada no Norte de África e Médio Oriente em 2010 aparecem neste nível: desde logo, a Tunísia, a Mauritânia e o Egipto que, entre 2010 e 2011 terão, de acordo com a classificação, passado de regimes autoritários a híbridos. Todos eles apresentavam ainda graves problemas ao nível eleitoral e governativo, mas deficiências também no plano da garantia das liberdades civis. Estaremos porventura perante as marcas do início da transição, mas longe ainda da consecução da transição com o cumprimento dos quesitos mínimos da democracia. Assinala-se, no entanto, o desenvolvimento da participação política, que corresponderá à mobilização das respectivas sociedades civis. O Líbano, cuja classificação de híbrido

5 Os primeiros lugares do ranking global são ocupados, por esta ordem, pela Noruega, Islândia, Dinamarca e Suécia, não sendo os dois primeiros membros da UE (embora a Islândia seja candidato oficial) e não sendo os dois segundos membros da União Económica e Monetária. A Alemanha ocupa a 14ª posição; o Reino Unido a 18ª; os EUA a 19ª. Todos estes figuram como “democracias plenas”.

6 Conforme a designação das próprias instituições da UE (cf. União Europeia, s.d.).

é anterior, aproxima-se do perfil da Tunísia, bem como a Palestina. De notar que um Estado como o Iraque, cuja transição terá sido praticamente forçada a partir do exterior e como produto de uma invasão externa, aparece também neste nível, sendo do domínio comum o grau de instabilidade interna que tal Estado ainda comporta (questão a abordar abaixo no cruzamento com os indicadores de Estados falhados) – de facto os seus indicadores relativos a governo indicam uma autêntica falência, neste *ranking* da democracia (EIU, 2011, pp. 3-8).

Os demais estados da região que registaram movimentos sociais de protesto e convulsão política em 2010-2011 mantêm-se ainda assim, em 2011, na lista dos autoritarismos, pelo baixo impacto de mudança do regime que esses acontecimentos tiveram até à data: Jordânia, Marrocos, Argélia, Líbia (o índice de 2011 não considera ainda, obviamente, as eleições) e, por maioria de razão, a Síria (actualmente mergulhada num cenário de guerra). Do mesmo modo, outros estados vizinhos da bordadura próxima do Mediterrâneo, localizados na África Oriental e Médio Oriente, em que se verificaram também episódios dessas convulsões mantêm um perfil autoritário arregado (Kuwait, Oman, Bahrein, Djibouti, Iémen, Sudão, Arábia Saudita). O EIU (2011, p. 9) salienta mesmo o facto de que a região do Norte de África e Médio Oriente é, por excelência, região de concentração de autoritarismos. Nesta área geográfica e sob este mesmo tipo de regime autoritário, mas em contraste com os demais, por aí se não terem registado movimentos de insurreição social e política, estão o Catar e os Emirados Árabes Unidos. De salientar é o elevado nível do produto destes dois estados onde, porventura, uma economia dinâmica se conjuga com modelos autoritários sem gerar problemas sociais de maior.

3.2. Índice de Estados Falhados

Uma vez que os dados acima deixam entrever que em alguns dos casos referidos estarão em causa não apenas características definidoras de regimes democráticos, por oposição a não democráticos, mas também problemas associados à própria pacificação e segurança interna e, por isso, à viabilidade ou falência do Estado, recuperam-se no quadro 003, para o mesmo leque de países, os dados publicados no Índice de Estados Falhados, 2012, publicado pela *Foreign Policy*, em colaboração com o *Fund for Peace* (Foreign Policy, 2012). Neste, a hierarquia é inversa da do quadro anterior, sendo o topo do *ranking* ocupado pelos estados com maiores debilidades, por referência aos critérios de análise, expressos nos indicadores de falência do Estado a saber: pressões demográficas; movimentos massivos de refugiados e pessoas deslocadas internamente; violência e vingança entre grupos; emigração massiva e “fuga de cérebros”; desenvolvimento económico assimétrico; pobreza e declínio económico; problemas ao nível da legitimidade do Estado; problemas nos serviços públicos; incumprimentos de direitos humanos e dos princípios do Estado de Direito; problemas de segurança e no aparelho de segurança; facções internas; intervenção externa. Os indicadores são pois de ordem económica, social e político-militar. Mas, a leitura crítica dos dados sobre falência do Estado convoca também algum cuidado, nomeadamente pela possibilidade de legitimação de intervenção externa que tais dados podem comportar, em articulação com todo um discurso securitário internacional que põe sob vigilância estados párias e estados fragilizados em geral (cf. Chesterman, Ignatieff e Thakur, 2005; Doombos, 2005).

Quadro 003: Índice de Estados Falhados 2012

Rank	Estado	Total	Caracterização do Estado
3	Sudão	109,4	crítico
8	Iémen	104,8	crítico
9	Iraque	104,3	crítico
23	Síria	94,5	crítico
31	Egipto	90,4	crítico
38	Mauritânia	87,6	crítico
45	Líbano	85,8	crítico
50	Líbia	84,9	crítico
53	Djibouti	83,8	crítico
61	Israel/West Bank	82,2	em perigo
77	Argélia	78,1	em perigo
79	Bósnia e Herzegovina	77,9	em perigo
85	Turquia	76,6	em perigo
87	Marrocos	76,1	em perigo
89	Sérvia	75	em perigo
90	Jordânia	74,8	em perigo
94	Tunísia	74,2	em perigo
100	Arábia Saudita	73,4	em perigo
109	Macedónia	69,1	borderline
115	Chipre	66,8	borderline
118	Albânia	66,1	borderline
125	Bahrain	62,2	borderline
126	Roménia	59,5	borderline
128	Kuwait	58,8	borderline
130	Bulgária	56,3	borderline
130	Croácia	56,3	borderline
133	Montenegro	55,5	borderline
137	Oman	51,7	borderline
138	Grécia	50,4	estável
140	Emirados Árabes Unidos	48,9	estável
142	Catar	48	estável
145	Itália	45,8	estável
150	Malta	43,8	estável
153	Espanha	42,8	estável
160	Portugal	34,2	estável
161	Eslovénia	34	estável
162	França	33,6	estável

Fonte: *Foreign Policy* (2012).

UE - Estados Membros

UE - Estados candidatos oficiais / potenciais

NAMO - bordadura do Mediterrâneo - c/ revoltas

NAMO - outros - c/ revoltas

NAMO - s/ revoltas

Sem entrar numa abordagem exaustiva destes dados serão, no entanto, de notar, na geografia do Norte de África e Médio Oriente, os níveis altos de desestruturação do poder político (nível “crítico”) no Sudão, Iémen e Iraque, logo seguidos pela Síria. Por outro lado, Estados cuja transição, a avaliar pelo Índice de Democracia acima refe-

rido, está já a ter impactos de regime, registam, ainda assim, fortes convulsões ao nível da própria estruturação de um aparelho de Estado eficaz e duradouro – vejam-se os casos do Egipto e da Mauritânia, do Líbano e da Líbia. Nos quatro casos, as convulsões internas suscitaram divisões sociais e facções políticas em confronto, sendo óbvia a desestruturação do Estado e da segurança interna daí resultantes (cf. indicadores in Foreign Policy, 2012). Na bordadura do Mediterrâneo há ainda estados assinalados como “em perigo”, nomeadamente a Argélia, Marrocos e a Tunísia, no Norte de África; Israel (que inclui neste cômputo o *West Bank*) e a Jordânia, no Próximo Oriente; a Turquia, na transição entre a Ásia e a Europa; a Bósnia e Herzegovina e a Sérvia, no território europeu. Dificuldades, embora menos profundas (“borderline”), são assinaladas também em muitos dos demais estados dos Balcãs, na Roménia e na Bulgária. Os restantes estados europeus do sul são considerados “estáveis”, sendo embora de assinalar que é a Grécia o que mais se aproxima da zona de passagem para o nível precedente. De notar mais uma vez será o posicionamento dos autoritarismos dos Emirados Árabes Unidos e do Catar, bem próximos das posições estáveis desses países do Sul da Europa, facto a que não será alheia a conjugação do dinamismo económico, nos dois, com poder político forte, sob a forma monárquica.

4. Conclusão

Os rankings e indicadores publicados por observadores internacionais como os aqui mencionados são da maior utilidade para a heurística dos processos de democratização, mas não podem produzir, por si, toda uma hermenêutica dos ditos processos. Dito de outro modo, se a definição de parâmetros à qual se sujeita, necessariamente, a construção de indicadores de observação dos casos remete à própria definição de conceitos como democracia, Estado de direito ou mesmo aparelho de poder, ela fecha por sua vez, se for tomada por bastante, a observação destes processos de transformação política à modelação dos mesmos, por relação com expectativas de mudança padronizadas por modelos exteriores e pré-existentes. Por outro lado, a sequência espacial e cronológica dos acontecimentos aqui tomados por referência deixa perceber fenómenos de contacto e contaminação e, nessa medida também, de padronização dos processos observados, pelo que instrumentos como estes indicadores se revelam de alguma utilidade.

O fenómeno político despoletado em Dezembro de 2010 por um acto de auto-imolação de um jovem, na Tunísia, aparentemente um acto isolado, afigura-se afinal como o rastilho de uma sublevação social, política e militar que desagua numa sucessão de revoltas e de revoluções, por toda a África do Norte e Médio Oriente, algumas conduzindo a mudanças de regime, outras levando ao reforço da repressão interna.

Em torno do Mediterrâneo, a cartografia dos regimes político não desenha ainda uma mapa de democracias: por um lado, persistem autoritarismos no Norte de África e Médio Oriente, havendo depois casos híbridos, aí, mas também na Europa do Sul (Balcãs e Turquia). Por sua vez, a Europa do Sul, em geral, apresenta regimes democráticos, embora com falhas, por comparação com a generalidade dos estados do Norte da Europa. Por um outro prisma, o da falência do Estado, os processos em curso, ainda

que de potencial democratização, num prazo mais longo, lançam, sobre os estados em transição, um forte efeito de desestruturação interna que poderá mesmo pôr em causa as condições de paz e segurança (vejam-se as transições dos Balcãs, ou os casos, Sírio, Líbio, Egípcio e da Mauritânia, entre outros).

Sendo a democracia, por definição, um regime que pressupõe a participação popular, pelo envolvimento regular e institucionalizado nos processos políticos, o fenómeno da “Primavera Árabe” parece decorrer desse formato. Todavia, a sua sequência será certamente e caso a caso, alvo da conjugação complexa de variáveis internas e externas que levarão à construção de perfis diferentes. O Índice de Democracia aqui analisado reserva algum espaço à cultura política subjacente a cada caso nacional. O Índice de Estados Falhados observa com particular cuidado a definição de facções internas (logo, ausência de coesão) e a desestruturação dos aparelhos de poder. O factor económico será também de relevo (vejam-se os casos da Grécia, do Catar e Emirados Árabes Unidos). Porventura, a própria configuração, monárquica ou republicana do regime poderá ser condicionante de monta.

Nos estados onde a revolução já desaguou em eleições (ícone da democracia representativa) emergem partidos islâmicos com forte apoio popular (cf. IDEA, 2010) fenómeno que certamente contraria a cartilha ocidental da construção de democracias e que terá que ser explicado do ponto de vista da inscrição cultural profunda destes processos. Como profunda e enraizada na cultura política dos povos terá que ser qualquer democracia que possa subsistir.

Referências bibliográficas

- Braudel, F. (2008), *Grammaire des Civilisations*. Paris: Flammarion.
- Burnell, P. (ed.) (2003), *Democratization through the Looking Glass (Perspectives on democratization)*. Manchester: Manchester U.P.
- Burnell, P. e Randall, V. (eds.) (2005), *Politics in the Developing World*. Oxford: Oxford U.P.
- Catt, H. (1999), *Democracy in Practice*. London: Routledge.
- Chesterman, S., Ignatieff, M. e Thakur, R. (eds.) (2005), *Making States Work. State Failure and the Crisis of Governance*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press.
- Cimeira de Paris para o Mediterrâneo (2008), *Déclaration commune du sommet de Paris pour la Méditerranée Paris, 13 juillet 2008*. Disponível em http://www.ue2008.fr/webdav/site/PFUE/shared/import/07/0713_declaration_de_paris/Declaratation_du_sommet_de_Paris_pour_la_Mediterranee-FR.pdf [consultado em 15/06/2012]
- Dahl, R. (1998), *On Democracy*. New Haven: Yale UP.
- Defarges, P. (2003), *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Diamond, L. e Morlino, L. (2004), *The Quality of Democracy. CDDRL Working Papers*. N.º 20.
- Doornbos, M. (2005), State collapse and civil conflict in Burnell, P. e Randall, V. *Politics in the Developing World*. Oxford: Oxford U.P., pp. 171-184.

- EEAS – European Union External Action Service (s.d.). *Euro-Mediterranean Partnership (EUROMED)*. Disponível em http://www.eeas.europa.eu/euromed/index_en.htm [consultado em 05/10/2012].
- EIU – Economist Intelligence Unit (2011). *Democracy index 2011. Democracy under stress*. Disponível em https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011 [consultado em 15/06/2012].
- European Commission (2012), *European Neighbourhood Policy*. Disponível em http://ec.europa.eu/world/enp/policy_en.htm [consultado em 15/06/2012].
- Freedom House (2012), *Divergence and Decline: The Middle East and the World after the Arab Spring*. Disponível em <http://www.freedomhouse.org/report/countries-crossroads-2012/divergence-and-decline-middle-east-and-world-after-arab-spring> [consultado em 05/10/2012].
- Fioramonti, L. (ed.) (2012), *Regionalism in a Changing World. Comparative Perspectives in the New Global order*. London: Routledge.
- Foreign Policy (2012), *Failed States Index 2012*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive [consultado em 15/06/2012].
- Haerpfer, C. et al. (2009), *Democratization*. Oxford: Oxford U.P.
- Held, D. (2006). *Models of democracy*. 3.ª ed. Stanford: Stanford U.P.
- Huntington, S. (1991), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance (s.d.). Portal. Disponível em <http://www.idea.int/> [consultado em 15/06/2012].
- IDEA (2010), *Islamist Mass Movements, External Actors and Political Change in the Arab World*. Research Report. Centro Studi di Politica Internazionale (CeSPI), The International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA) and Istituto Affari Internazionali (IAI). Disponível em http://www.idea.int/publications/islamist_mass_movements/index.cfm [consultado em 05/10/2012].
- Lijphart, A. (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-six Countries*. Yale U.P.
- Said, E. (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.
- Shaw, T., Grant, A. e Cornelissen S. (eds). (2011), *The Ashgate Research Companion to Regionalisms*. Farnham: Ashgate.
- União Europeia (s.d.), *Alargamento UE*. Disponível em http://europa.eu/pol/enlarg/index_pt.htm [consultado em 05/10/2012].
- Van Beek, U. (ed.) (2005), *Democracy under construction: patterns from four continents*. Opladen: Barbara Budrich Pub.